

12. Sistemas estruturadores do governo federal

Neste tópico, o propósito é esclarecer o que são e como funcionam os sistemas estruturantes do governo federal, mais conhecidos por suas siglas: Siafi, Sidof, Siorg etc. São ferramentas e programas desenvolvidos pelo governo, voltados para a gestão administrativa, que facilitam a operacionalização, o controle e o monitoramento de documentos e ações oficiais.

O objetivo principal é desfazer os equívocos, próprios do senso comum e da desinformação, a respeito do funcionamento da Administração Pública. As pessoas, de tanto escutarem falar mal do governo, imaginam uma instituição caótica e anárquica, sem organização nem controle sobre o que acontece no seu interior. O detalhamento dos sistemas de controle ajuda a desmistificar essa visão equivocada sobre os entes públicos e estatais.

O grande desafio é promover a integração desses sistemas de informações e organização, verdadeiros serviços de inteligência, que são alimentados, controlados e administrados pelos ministérios “cabeças de sistemas” (Planejamento, Fazenda e Casa Civil). Seu propósito é permitir o acompanhamento e visualização das funções de governo, com emissão de relatório analítico sobre as principais ações e despesas do Estado, como as de pagamento de pessoal e de bens e serviços, tramitação dos documentos oficiais, entre outros.

A Casa Civil da Presidência da República, por exemplo, administra o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais (Sidof), que operacionaliza o trâmite eletrônico dos documentos entre as autoridades, incluindo assinatura digital e publicação *on-line*, e cujo acesso é restrito. Acessam o sistema, na condição de usuários, apenas o presidente da República, os ministros de Estado e os dirigentes máximos de órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República, responsáveis pela proposição de documentos oficiais ao presidente da República, além dos titulares dos órgãos de assistência jurídica dos ministérios e da Presidência. Também têm acesso ao sistema os subchefes da Casa Civil responsáveis pelo exame de mérito e juridicidade das matérias a serem submetidas ao presidente.

O Sistema inclui a atividade de elaboração, redação, alteração, controle, tramitação, administração e gerência das propostas de atos normativos a serem encaminhados ao presidente da República pelos ministérios e órgãos

integrantes da estrutura da Presidência da República. O Sidof está centralizado na Casa Civil da Presidência da República, com órgãos setoriais nos ministérios que são referendantes de atos oficiais.

Um documento que dependa da assinatura do presidente da República só existirá oficialmente para o conjunto do governo após sua inclusão no Sidof. A inclusão no sistema cumpre várias funções, como possibilitar o conhecimento prévio pelas autoridades com acesso ao sistema; a análise e avaliação, caso específico das Subchefias da Casa Civil; a coleta de assinatura das autoridades, como os ministros das pastas afetas; a edição de decreto, envio ao Congresso de projeto de lei, medida provisória ou mensagem; e, ainda, a nomeação de servidores graduados que requeira a chancela do presidente da República.

O Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, coordena o Sistema de Administração Financeira (Siafi), o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal. Gestor da transparência dos gastos públicos, o Siafi registra, diariamente, toda a execução orçamentária, incluindo desde as compras do governo até o controle das dívidas interna e externa, com padronização dos métodos e dos registros contábeis.

Nesse sentido, o Siafi é um sistema de administração financeira do governo federal e sua utilização é feita exclusivamente por operadores vinculados à administração pública. Os parlamentares federais (deputados e senadores), por exemplo, possuem livre acesso, porém, o sistema não é totalmente aberto ao acesso público. No portal <http://www.transparencia.gov.br/>, mantido pela Controladoria-Geral da União, o cidadão pode acessar boa parte das informações do Siafi, especialmente os repasses aos demais entes federativos, contendo o que foi gasto com educação, Bolsa Família, inclusive o nome dos beneficiários.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é o órgão no governo responsável pela administração da maioria dos Sistemas de Gestão Administrativa (SGAs) ou estruturadores, entre os quais: Sistema de Informações Organizacionais (Siorg); Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor); Sistema Integrado de Administração Patrimonial (Siapa); Sistema Integrado das Empresas Estatais (Siest); Sistema de Informações Gerenciais

de Planejamento (Sigplan); Sistema Integrado de Administração de Pessoas (Siape); e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg).

O Siorg, com atualização permanente e informações confiáveis, proporciona o melhor acompanhamento das políticas e diretrizes do governo federal, além de maior transparência da estrutura da administração pública federal para a sociedade. A tabela de órgãos do Siorg, segundo o artigo 8º do Decreto nº 4.896/2003, constitui-se na única referência para cadastro de dados e processos dos sistemas integrados de administração de recursos humanos.

Por intermédio do portal <http://www.siorg.redegoverno.gov.br/>, qualquer cidadão pode consultar a estrutura organizacional dos órgãos do Poder Executivo – administração direta, autarquia e fundações – para informações sobre os mesmos, suas atribuições e finalidade, hierarquia e localização, seus titulares e ocupantes de cargos. Trata-se de verdadeira radiografia da administração pública federal, com referências legais e informações atualizadas.

O Sidor, administrado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, estrutura o processo de planejamento estratégico e ajuda a planejar e programar as fases do ciclo orçamentário. Trata-se de moderna ferramenta de tecnologia da informação que permite a integração dos diversos órgãos envolvidos com as diversas fases da elaboração do Orçamento Geral da União.

O Siapa, administrado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e pelas Gerências Regionais de Patrimônio da União (GRPU), oferece apoio, centraliza e sistematiza informações patrimoniais da União, contribuindo para: *i*) identificar os imóveis dominiais da União, quais são, em que local estão e quais suas características; *ii*) identificar os que estão ocupados, quais são os regimes de utilização e período de ocupação; *iii*) agilizar a cobrança e aprimoramento dos controles sobre devedores omissos e fornecer dados para o encaminhamento dos processos para inscrição na dívida ativa da União e a competente execução judicial; *iv*) estabelecer uma padronização nas atividades operacionais executadas pelas GRPU; e *v*) integrar os procedimentos da SPU e GRPU e fornecer à SPU informações que possam apoiar os esforços de combate à sonegação e à moralização no trato da coisa pública.

O Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal Civil) responde pela informatização dos dados do Sistema de Pessoal Civil (Sipecc), que envolve mais de duzentos órgãos da Administração Federal, cujo controle central é de competência da Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento. Trata-se de um sistema *on-line*, de abrangência nacional, que registra todos os dados referentes a pessoal civil no Poder Executivo, além de processar a folha de salários dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, emitir contracheques e permitir ao servidor efetuar consulta, atualizar e imprimir dados extraídos diretamente do Sistema, bem como acessar informações pessoais, funcionais e financeiras. Cada servidor possui um número ou registro junto ao Siape, equivalente ao do CPF ou da cédula de identidade, pelo qual ele é identificado pela unidade de recursos humanos no governo.

O Siasg (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais) constitui-se de um conjunto de ferramentas destinadas a operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de material, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. Trata-se do sistema de compra do governo, com a missão de controlar contratos, licitações e fornecedores, incluindo desde as licitações, a elaboração de contratos, passando pela emissão de empenho, a publicação no Diário Oficial, a emissão da nota fiscal e o ateste, com a conferência da mercadoria ou do serviço prestado, até a liberação do recurso pelo Siafi.

O Sigplan (Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento), administrado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do MPOG, é o instrumento informatizado responsável pelo processamento e elaboração, monitoramento, avaliação e revisão dos programas do Plano Plurianual (PPA), e destina-se a fazer o elo com a rede de gerenciamento do Plano, possibilitando a comunicação integrada entre os coordenadores de ação, os gerentes, as unidades setoriais e centrais de planejamento, a alta administração do governo e a sociedade.

O Siest (Sistema Integrado das Empresas Estatais) elabora o Plano de Dispendios Globais (PDG) das empresas estatais para o exercício financeiro seguinte, acompanha a execução e a revisão para o exercício financeiro vigente e fornece informações para o Balanço Geral da União, especialmente em relação aos investimentos das estatais. O Siest cuida, ainda, da manutenção de

informações cadastrais (perfil das estatais), contábeis (endividamento, plano de contas, balanço patrimonial) e econômico-financeiras (políticas de aplicações) das empresas federais para o controle do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest). No portal <http://www.planejamento.gov.br/>, no ícone “Empresas Estatais”, estão disponíveis informações sobre o perfil das sociedades de economia mista da União.

A existência desses sistemas, além de permitir maior controle interno dos gastos e atos governamentais, ajuda no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas por parte da sociedade, que deve cada vez mais exigir uma governança participativa.